



ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE HABITAÇÃO

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, terça-feira, dezesseis e trinta horas – no Auditório do Mezanino A - Edifício Cidade I, Rua Boa Vista, 170, centro – Cidade de São Paulo, reuniram-se os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual de Habitação, Silvio Torres (Secretário da Habitação), Marcos Rodrigues Penido, Rubens Emil Cury, Moisés Baum, Peter Berkely Bardram Walker, Ricardo Pereira Leite, Maria Claudia Pereira de Souza, Silvio Vasconcelos, José Valdeci Evangelista (Fimaprom), José Roberto Moreira de Carvalho (Fecap 5), Sidnei Antonio Eusébio Pita (UMM São Paulo), Marco Antonio Alves (Cooperteto), Antonio José de Araujo (SAM), Silda de Bastos Onoda (Associação Moradores Jardim Vivan), Sonia Aparecida Teixeira (Associação Nova Jerusalém) e Convidados: Rosalvo Salgueiro, Reinaldo Iapequino, Mariana Rudge e Antonio Carlos do Amaral Filho - Eduardo Trani (Secretário Executivo) e Mônica Bartiê Rossi (Apoio Executivo) para a realização da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Habitação. Instalada a sessão, às 16h30 minutos, pelo Secretário Executivo do Conselho Eduardo Trani, o qual fez a abertura dos informes, dizendo sobre a aprovação da Ata e a apreciação do Plano Estadual de Habitação Metas Programas e Estratégias de Ação sendo que o quarto item da pauta vai ser a primeira matéria que esse Conselho vai examinar, que é a Apreciação dos Critérios de Seleção de Demanda com a participação do Estado de São Paulo para o programa Minha Casa Minha Vida. Essa demanda vem da parceria do Estado com o Programa Minha Casa Minha Vida e temos que aprovar nesse Conselho quais os critérios que o Governo do Estado vai adotar quando se tratar dessa parceria. A abertura e os informes, vou esperar o secretário chegar, mas sugiro que passemos diretamente ao principal ponto da pauta de hoje que é cumprir com a agenda que iniciamos no Conselho, que é a apresentação do Plano Estadual de Habitação e a sua avaliação e aprovação. Vamos fazer uma apresentação de forma sucinta indo aos pontos principais. Na terceira reunião criamos a Câmara Técnica de Planejamento do Conselho para contarmos com a participação de maior número de representantes da sociedade civil, além de representantes do Governo do Estado. A Câmara Técnica foi empossada e ocorreu uma plenária bastante interessante porque fizemos uma apresentação do Plano, que foi apreciado e discutido. Propusemos a reunião seguinte, que foi com os municípios e nessa mesma reunião os senhores também foram comunicados, tivemos 201 municípios dos 645 que vieram e todos eles vieram acompanhados dos seus secretários, então se chegou a quase 410 participantes. O evento está todo documentado e os dados já constam no nosso site, para quem quiser apreciar. Essa apresentação que eu vou fazer está no site a partir de hoje e enquanto o Secretário não vem, para darmos início aos trabalhos e os informes, eu passo ao terceiro ponto que é a apresentação do Plano Estadual. Como consta do documento que vocês têm da apresentação, o Plano Estadual está dividido hoje no diagnóstico das linhas programáticas e as metas de atendimento, o que vamos fazer até 2013, qual é o Plano Estratégico até 2023 e, sobretudo, as contribuições que vieram na linha dos desafios às estratégias de ação para colocar o plano na rua e também as chamadas questões transversais do plano. Será feita uma apresentação rápida. Tudo começou em 2005, estamos hoje em 2011 cumprindo a agenda prevista; eu não coloquei os informes porque semana passada o Conselho Gestor do FNHIS, que é o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social, se reuniu em Brasília, já com o voto decidido, que não está mais vinculado para o 31 de dezembro deste ano a entrega dos planos estaduais e dos planos municipais de habitação. Esse trabalho foi feito por todas as Entidades do Brasil a fora, no sentido de que os Estados brasileiros, alguns estavam atrasados e outros no prazo, e o voto do Conselho gestor do FNHIS prorrogou para o dia 31 de dezembro de 2012, com exceção aos chamados planos do sub 50 dos municípios com menos de 50.000, que estão fazendo simplificado e esses, então terão que entregar até julho de 2012. Com isso nós como outros Estados da Federação e outros municípios, à exemplo do Estado de São Paulo e outros, terminaram já os seus planos dentro do prazo e era o que o secretário tinha nos pedido, razão pela qual estamos cumprindo o que estava previsto para esse ano. **Ricardo Leite:** Se cada município está fazendo o seu Plano, o Plano Estadual deveria ser a soma de todos os planos municipais, consequentemente o nacional assume todos os estaduais. Como é que fazemos para que isso não gere divergência? **Eduardo Trani:** Eu posso responder pelo acompanhamento que estou fazendo, quando nós fizemos o Seminário dos 26 Estados, a colocação era que não tem sentido termos um Plano Estadual, se ele não é de certo modo, pelo menos mandatário naquilo que são diretrizes para os municípios. O entendimento global é que é impossível haver essa cascata de planos, porque se teve um Plano Federal com grandes diretrizes, se abriu para Estados e municípios e o entendimento que temos é que os planos vão tentar trabalhar ao mesmo tempo nos Estados com que o Plano Estadual é capaz de fazer como meta geral, então o que o município de São Paulo está fazendo, muita coisa está muito à frente do que outros municípios vão fazer no mesmo prazo, então a ideia é que a metodologia tenha uma liberdade e que vamos avançar à medida do processo chamado de adesão que é o que vamos discutir no final das estratégias. O que está colocado para o Brasil como um todo é uma data final para terminar planos estaduais e municipais e o único Estado da Federação que conseguiu fazer uma forma organizada com maior adesão, foi o Estado de Goiás que desde o início começou junto com os municípios. Nós, do Estado de São Paulo, não conseguimos porque o Governo Federal contratou diretamente os municípios, enfim, alguns municípios avançam e outros não, a exemplo de São Paulo que obviamente tinha condições de contratar serviços que não estavam naquele meio, enfim, o desafio será como que o

Plano Estadual será capaz de ser daqui para frente um meio de apaziguamento das diretrizes que os Planos Municipais colocaram do mesmo modo que o Plano Federal, em linha geral. Isso é só uma opinião e todo mundo tem que acabar o Plano até 31 de dezembro e operar da melhor forma. Esperamos que o Plano Estadual seja um plano processo e a partir do momento que mais municípios venham aderindo às grandes diretrizes, ele vai se tornando cada vez mais capaz de dar resposta. Feito essa introdução, os grandes objetivos do Plano são esses daqui, que já foram colocados na articulação federativa, articulação institucional e a integração e estratégia com os municípios. O nosso Plano, portanto, já terminou aqui, é o famoso esquema da estrutura institucional nova que todo mundo conhece, as necessidades habitacionais terminaram em um milhão, cento e sessenta mil domicílios em déficit e três milhões, cento e noventa mil inadequados concentrados nas regiões metropolitanas, sobretudo de Campinas, São Paulo e litoral e as tipologias dos municípios, metodologia que o Estado de São Paulo fez de forma diferenciada do resto do Brasil, foi muito importante porque permitiu que classificássemos os municípios em grupos de mais quatro categorias, dividindo os 645 municípios do Estado de São Paulo em situações diferentes que resultam desse mapa. Este é o mapa dos problemas das necessidades habitacionais do Estado, que é muito importante e que mostra o eixo claro nessas direções dos maiores problemas. Fizemos esse trabalho para termos um mapa regional, essa discussão foi feita em detalhe com as regiões no dia em que os municípios vieram aqui e de modo geral, eu diria que conseguimos um grande feito, a Fundação SEHAB nos ajudou e montamos as regiões para o planejamento habitacional, então são esses os nove compartimentos que demonstram os programas habitacionais que estão aqui resumidos. Essa distribuição regional varia e o complexo metropolitano concentra a maior parte do déficit do Estado, 74% têm o maior número em áreas de risco, 143.000 domicílios em risco e 790.000 domicílios de favela nesta região, o que demonstra que para cada região, vamos ter que arranjar uma solução diferenciada. Na Região Noroeste, onde tem Araçatuba, Presidente Prudente e São José do Rio Preto estão aqui as principais diretrizes, nas Regiões do Centro Oeste, que é a região de Bauru e Marília essas diretrizes, já Ribeirão Preto, Franca e Barretos com problemas, necessidades e diretrizes. Para essa região de Limeira, Jaú, Araras e Rio Claro, região do Médio Tietê, que é a região de Piracicaba, Sorocaba, Botucatu e Itu que é uma região homogênea com esses tipos de soluções principais ou chamadas prioridade da região, região de Itapetininga, Avaré, Itapeva e Piedade, região chamada de sudoeste do Estado, Alto do Paranapanema e depois a região do Vale do Ribeira, que é uma das regiões mais deprimidas do Estado, a região do Vale do Paraíba, que deverá ser uma região metropolitana. O complexo metropolitano de São Paulo está aqui, a Baixada Santista também, Campinas e assim o Plano de Diretrizes Regionais. Regiões metropolitanas nós temos um instrumento poderoso que é o trabalho que a EMLASA realizou, que qualifica os territórios em adequados, adequados com restrições, inadequados e especiais, onde todos vêm em escalas. A oferta de moradias é saber onde essas moradias foram feitas e como é que o Estado de São Paulo, durante esses anos, realizou. Aqui nós temos de 1967 a 2011 a ação exclusiva do Governo do Estado nas regiões e vocês podem perceber que pelas áreas de planejamento, a distribuição daquilo que foi entregue, nós já tínhamos entregado 504.000 unidades pela CDHU nesses últimos 30 anos e ela está distribuída de forma não homogênea no território, pois há regiões nitidamente que receberam um número muito maior que outras, o Vale do Ribeira com mínima atuação, dentro do complexo metropolitano, a Baixada Santista antes do Programa da Serra do Mar, era um dos menores índices de atendimento devido às dificuldades e outras regiões com um número de atendimento maior em virtude de uma história de opções de investimentos e também de facilidade dos insumos de terra. Isso significou uma média de produção de 20.000 unidades/ano em média nesses 30 anos, uma média de recursos hoje para os últimos quatro anos em torno de 1,3 bilhão de reais. Os programas que foram construídos até 94, 92% era o que chamamos de produção direta, feita pela CDHU construíamos as casinhas e elas vêm diminuindo em virtude do aumento de outras ações e de outros programas que têm parceria com municípios e o próprio Programa de Parceria, com Associações. As linhas programáticas no plano e o plano foram discutidos, o importante é que tenhamos no Estado de São Paulo isso que queremos fazer e aqui temos a recuperação urbana, requalificação, regularização fundiária, provisão de moradias e assistência técnica e isso é corretivo, é fomento ao subsídio, é capacitação com essas ações que são os programas que vou passar rapidamente. O primeiro programa de recuperação, as linhas são reassentamento/área de risco isso é novo na diretriz, reassentamento/favela, reassentamento/mananciais metropolitanos, reassentamento/serra do mar, que é o Programa Litoral Sustentável, PPA, já colocados nesses 4 anos com recursos e ação no PPA estadual, reassentamento/obras públicas e toda a nossa parceria no Vale do Tietê, Rodoanel, Águas Espraiadas, onde nós tivemos uma parceria muito grande com a Prefeitura de São Paulo em projetos estruturais, então o reassentamento de obras públicas, quando é pública ou favela e urbanização integrada/favela temos a simples e a complexa. A segunda linha de provisão deu muito debate e aceitamos várias sugestões sendo que a primeira é produção/parceria com municípios, essa é a clássica, que o sistema repassa recurso para o município e ele faz por administração direta para demanda em geral. Depois a parceria com Entidades em três sublinhas: Associações, Cooperativas e Sindicatos. Essas são as três sublinhas do Programa de Produção. Terceira linha: provisão/servidores públicos, provisão/idosos e o programa de provisão de moradia incluindo a questão de idosos, envolvem várias modalidades. Produção de populações tradicionais, os dois programas que vamos ter no Governo do Estado no Plano Estadual, que é Quilombolas e Indígenas. Produção/moradias em lotes urbanizados – lotes próprios onde é o dono do lote e moradias em lotes urbanos que é o repasse de recursos para infra-estrutura para produção do lote. Produção/iniciativa privada, duas linhas colocadas que é o subsídio a produção dos beneficiários e as PPPs que são as parcerias público/privada. Essas duas linhas deverão cumprir a função de aumentar a capacidade da aplicação dos recursos e programas e a produção de moradia rural. O terceiro é a requalificação urbana, o Programa de Revitalização de Áreas Centrais, programa número 15, com duas linhas: cortiços e demanda geral, porque no centro não tem só cortiçados, tem uma demanda geral dos que estão na rua e querem morar na área central. O crédito para reforma de imóveis é uma nova demanda, inclusive nas próprias áreas centrais que pensa em ter créditos para reforma de imóveis, tanto município de São Paulo quanto o município de Santos reivindicaram essa linha, o apoio à locação social, como um programa

novo de auxílio aos moradores e fiança locatícia que são duas linhas de atuação desse programa, o microcrédito habitacional, que nós estamos fazendo parceria com a SERT, que é um financiamento para reforma da casa, 7.500 unidades. No n. 19, melhorias em conjuntos habitacionais em duas linhas recuperação de conjuntos da CDHU e melhorias em núcleos de HIS. A quarta linha é a regularização fundiária, que hoje está enquadrado no Programa Cidade Legal. No desenvolvimento institucional e assistência técnica houve muita discussão porque sabemos que esse pacote de programas não é fácil de fazer e a área de habitação, fazemos menos organizadamente, esse programa foi unanimidade em todos os debates, todos os municípios do interior, eu lembro dos colegas que lutaram, além de fazer o hardware da habitação, esse chamado software pode melhorar muito as condições da habitação do Brasil inteiro e eu sei que em nível nacional também se discute. Assistência técnica à moradia dos beneficiários teria parceria com Entidades para apoiar assistência técnica à moradia e à parceria com o município. O segundo, assistência técnica aos municípios, nos pediram capacitação para gestão municipal, captação de recursos, projetos, serviços e obras. Gestão condominial/zeladoria é uma grande demanda dos municípios, estamos pensando em capacitá-los para fazer isso e o trabalho social e pós-ocupação. Por fim, temos 23 programas definidos no Plano Estadual, que seria o apoio ao planejamento municipal/cidade planejada, que o secretário Silvio Torres vem anunciando. Quanto aos cenários, fizemos três cenários sendo um de referência, um positivo e um adverso, todos eles para 2023, no positivo chegaríamos com 846.000 municípios em déficit, no cenário adverso 1.300.000 de déficit e no cenário referência, que é o que para nós mais se encaixou, que é esse de 1.159.000. Na inadequação, do mesmo modo uma projeção do positivo, do adverso e o cenário referência. Como vocês podem ver, o cenário referência praticamente soma um terço dos domicílios do Estado de São Paulo, temos aqui algo em torno de 4.200.000, num total de 13.000 domicílios projetados em 2011. Só para mostrar os recursos, têm sido crescentes, o próprio PPA já garantiu, 7,9 bilhões do Governo do Estado e dessa forma 150.000 unidades, urbanizações e lotes. Agora temos aqui fontes disponíveis, não recebemos nenhuma outra contribuição diferente dessa projeção que fizemos até agora e a projeção diz que a união nas três modalidades, projetamos nos próximos 23 anos 1,4 bilhões/ano para São Paulo. Minha Casa Minha Vida algo em torno de 5,6 então está tudo muito próximo do que está sendo praticado hoje desde 2009, que também está no PPA Federal. O SBPE foi feito um recorte, dizem que esse daqui está superestimado de todo modo aporte de recursos federais 120 bilhões para o Estado de São Paulo, 1,7 ao ano e fizemos dos municípios que têm uma parte que os municípios recebem em função desse recurso do Estado, que é os 25% deles, que dá 500 milhões/ano dos municípios adicional do ICMS. O município de São Paulo tinha colocado um bi, mas com razão a equipe do Dr. Ricardo nos recolocou e está colocando para projetar 0,6 bilhões por ano nos próximos 12 anos, o que deu então ao município 13 bilhões, Estado 20 bilhões e Governo Federal 120 bilhões. Qualquer uma dessas que venha a falhar no futuro da nossa projeção, esse número será menor que 153 bilhões. **Ricardo Leite:** precisamos separar o econômico do financeiro. **Eduardo Trani:** Está misturado SBPE sim, mas na verdade, o resto dos recursos já está cortado por faixa de renda. **Ricardo Leite:** Fundo de garantia também é recurso oneroso, algum outro que possa ter como critério de retribuição ou não precisa separar quanto precisamos de subsídio no município, o financeiro nem estou levando em conta, estamos considerando 53 bilhões de subsídio a fundo perdido, então o SBPE para mim não serve. **Eduardo Trani:** esse número está misturado e só estamos comparando o que estamos projetando global, a diferença do subsídio e não subsídio, não fizemos até agora, na verdade nós fizemos as simulações mas não as trouxemos prontas. O nosso economista estimou nas duas hipóteses o que seria oneroso e não oneroso frente às hipóteses de arrecadação, mas estamos trabalhando com grandes números para ver números de recursos gerais e só para mostrar aqui na sequência, colocado todo o recurso, que estamos projetando nas cinco linhas de programas para 2023, na hipótese do Plano Meta, estamos projetando algo em torno de 122 bilhões contra esse conjunto de recursos de 153 bilhões o que, em tese, isso já era previsível e nas hipóteses otimistas que nós fizemos, também estariam bastante próximos, seriam mantidas essa inversão de recursos e o perfil dessa distribuição de que se consiga de maneira geral, atingir ao objetivo desses programas que estão desenhados no Estado de São Paulo. O plano adotou como déficit um milhão cento e sessenta e nove e com inadequação um milhão cento e quinze unidades do Plano Meta do Programa, que é diferente do número que vocês viram no início, que era o número das necessidades habitacionais; então o Plano carecia para si uma meta e não obviamente todas as necessidades que vimos que tinha no Estado de São Paulo. Nesse sentido vejam que o déficit de inadequação está quase dando 50% e é claro que para o déficit são 103 bilhões de recursos necessários contra 17 bilhões para questão da inadequação, então é obvio que o recurso é muito menor para tirar os inadequados, do que aquele para construção do déficit, além do recurso da regularização que não soma e da assistência técnica que também não soma. Abrimos programa por programa, por tipo favelas, domicílios isolados, barracos em favelas, barracos isolados, urbanizações, um milhão duzentos e noventa e quatro do déficit são 848.000 reassentamentos e 445.000 de reurbanização. Abrimos provisão de moradias: 261.000 moradias, isso significa demanda geral então já conseguimos falar quem tem que fazer o quê e quantos números de domicílios e qual o número necessário da meta, mesma coisa para requalificação urbana, tanto áreas centrais, melhorias habitacionais e melhorias urbanas, fechando 719.000 os recursos necessários e os programas que estão locados. O recurso de regularização fundiária, estamos tomando como meta base o número que hoje consta do Programa Cidade Legal, 2 milhões de domicílios no Estado e então do mesmo modo com os recursos previstos para fazer a regularização dos conjuntos e assistência técnica, que é o recurso mais modesto, mas importante, de um bilhão de reais para os próximos 12 anos do Plano para atender 120.000 domicílios em 645 municípios. Vocês viram que essas cinco telas abrem a tela inicial da meta e fizemos então um grande esforço discutindo com os municípios na reunião com eles para saber nas diferentes regiões do Estado, quais seriam dos 23 programas que estão lá, que se aplicam ou não na região, com grande diretriz e é isso que vai estar escrito no plano, ele vai abrir um capítulo por região, isso está assumido, alguns municípios viram que faltaram e nos fizeram sugestões. Para a discussão de hoje estão aqui os desafios do Plano, promover novas moradias, promover recuperação e fomentar o desenvolvimento institucional. Os desafios do Plano são esses três desafios e foi aqui que todo mundo quis participar e foi dito que

nós temos que ter uma política de subsídios e incentivos importantes e para essa política, três grandes temas estão na pauta do Plano Estadual o FPHIS, o FGH que é a garantia de crédito, subsídio à produção ou à família e os incentivos de desoneração tributária, sejam federais ou estaduais. São três grandes linhas do Plano, que é estabelecer caminhos da política de subsídio e incentivo. O segundo é a política de acesso à moradia, quais são as modalidades de acesso à moradia seria a aquisição, a concessão onerosa, auxílio à locação social, fiança locatícia como uma alternativa discutida e o contrato em nome da mulher. Os critérios de atendimento à demanda, resumidamente, a prioridade às famílias com renda de 1 a 3, a focalização do atendimento nas situações de maior carência, a revisão/regulamentação da lei do sorteio do Estado de São Paulo, que está em fase avançada de discussão e a garantia de atendimento às demandas especiais tanto de idosos e deficientes. Em relação ao item 4. Acesso aos Programas Habitacionais, temos algumas novidades hoje, um sistema chamado SIHAB-demandas municipais em que os prefeitos podem ter acesso eletronicamente para fazer as suas demandas, a questão dos cadastros/sorteio, o cadastro compartilhado de beneficiários, que foi uma demanda que vem sendo feita ao secretário tanto na Baixada Santista quanto na região de Campinas e nas regiões metropolitanas, falta esse cadastro e o secretário já nos autorizou a começarmos os trabalhos e o grupo alvo fechado risco, favela e cortiço. A política fundiária, uma parceria com os municípios e legislação para as leis, a integração com projetos urbanos rododanel o VLT da Baixada Santista, Programa de Rodovias eu gostaria de dizer que foi aprovada a duplicação da Rodovia dos Tamoios e isso vai ter um impacto regional bastante grande, inclusive na área da habitação e eles nos pediram que estivéssemos alerta. As próprias PPPs e a nossa tradicional política de desapropriação/DIS. Esses seriam os instrumentos da política difundiária. A política de regularização – apoio técnicos aos municípios – está sendo pelo “Cidade Legal”, a simplificação dos sistema de licenciamento estadual, tanto GRAPROHAB quanto o Comitê de Regularização e ação junto aos CRIs, que é uma ação importante e a simplificação do licenciamento urbanístico e ambiental, que são os procedimentos especiais Estado e município. Esse foi o maior número de contribuições que tivemos, foi nessa linha, todo mundo pede para que simplifique licenciamento, tanto urbanístico como ambiental. Na política de contenção de ocupações, isso veio muito forte da Baixada Santista por escrito ao Plano e ele diz que aonde se investe recursos aos programas habitacionais de retiradas de favelas, precisamos ter uma política de contenção das ocupações, então eles sugerem um plano de fiscalização integrada, Estado/município/sociedade civil, uma ação integrada do Estado juntando o Executivo, Judiciário e Ministério Público desde o início, integração das polícias ambiental, civil e militar e a implantação do sistema de monitoramento/aquisição de programas e agilidades técnicas. Essa demanda veio muito bem organizada e nos pareceu que o Estado de São Paulo pretende com o Plano Estadual pouco a pouco ir reassentando e erradicando favelas; não vamos conseguir fazer sem um bom programa da política de contenção de ocupações. O trabalho pré e pós ocupação tem a garantia de recursos humanos, fortalece a rede social de parcerias para projetos sociais, incentivos à educação e formação profissional, isso tudo como sugestões que recebemos do plano como os temas transversais da política que devem estar desenhados em detalhe no futuro. O último item é a qualidade e sustentabilidade, melhoria progressiva dos produtos habitacionais: qualidade, inovação tecnológica, acessibilidade e sustentabilidade ambiental, fomento ao desenvolvimento tecnológico, melhor desempenho de soluções de projeto, urbanização e equipamentos urbanos, alinhamento com a PEMC – Política Estadual de Mudanças Climáticas. Estratégia de Ação – aprimoramento dos sistemas de informação, garantia de perenidade dos recursos, aperfeiçoamento das formas de gestão articulada Estado/Município e estabelecimento de mecanismos. O que estamos sugerindo: primeiro item do plano é que precisa aprimorar o sistema de informações porque fizemos o Plano Estadual como disse aqui, o secretário do município de São Paulo, daí faz o plano e depois temos que ter a consequência desse plano para mudarmos a realidade, então se nós não conhecemos os dados do município o SIHAB – Sistema de Informação Habitacional, que é o nosso sistema interno, prometeu no começo do segundo semestre, apresentá-lo de forma organizada. O SIHAB Pleitos já está em andamento, é aquele que os prefeitos estão fazendo as suas sugestões. Os planos metropolitanos, o secretário pode anunciar e vai ser feito, com parceria com a EMPLASA, tem o Vale do Paraíba e litoral norte, esses dois nós estamos prometendo para o primeiro trimestre, Baixada Santista que hoje foi aprovado no CONSEMA o zoneamento ecológico, para Campinas e região metropolitana no segundo trimestre, isso em função da nossa parceria com a EMPLASA. A rede estadual de PLHIS são os planos locais dos municípios, adesão dos municípios/cidade planejada que agora a partir de janeiro pretendemos começar a fazer isso com conjunto de municípios que vão ser priorizados em função do Plano Estadual e vamos ajudar esses municípios a terminar os PLHIS que eles têm que fazer até o final do ano que vem e já adequá-los à metodologia do Plano Estadual. Estimulo à elaboração de Sistemas de Informações Municipais é que alguns municípios que já têm um sistema bem organizado como, por exemplo, o município do Estado de São Paulo, HABISP, que é um programa bastante detalhado e a possibilidade de fazer convênios entre municípios. São Paulo já está fazendo convênio com São Bernardo para que esse modelo seja utilizado e queremos estimular isso por meio do Estado. Cadastros regionais de beneficiários no primeiro trimestre nós já devemos ter a contratação e começar a ter algum resultado. O sistema de monitoramento, também propusemos no segundo trimestre trazer alguma coisa aqui para o Conselho e, obviamente, as pesquisas que fazemos com a Fundação SEADE, IBGE, Universidades, Institutos e a EMPLASA. O Segundo item da estratégia de ação é integrar as políticas públicas regionais nós fizemos um calendário propositivo para a Câmara Técnica e não aqui para o Conselho porque o Conselho se reúne trimestralmente para deliberar. Discutir o Plano Estadual de gerenciamento de áreas de risco, o Governo do Estado criou uma Comissão Intergoverno então em janeiro temos que discutir esse assunto. Os Recursos Hídricos faríamos uma apresentação deles aqui e tudo isso é uma agenda mensal para a Câmara Técnica de Planejamento para ir juntando os planos dos outros setoriais com o nosso Plano Estadual. O Plano Estadual de energia participamos a semana na Câmara Técnica de Petróleo e Gás e eles querem que o Plano Estadual de energia venha apresentado aqui para nós na Habitação. No Transporte Metropolitano será feita uma apresentação em junho do Plano Estratégico desses planos e transportes e o petróleo e gás. Agrega-se a esses todos, o CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente que

sugeriu em plenário que no primeiro trimestre, se o Conselho concordar, ele vai lá apresentar o Plano Estadual para os conselheiros do Meio Ambiente. Essa é a agenda que estamos propondo e o terceiro ponto é a Garantia de Recursos Estáveis de Financiamento e Subsídio, então está aqui o plano apoiar a aprovação da PEC da moradia digna, agilizar a execução do Minha Casa Minha Vida em consonância com as necessidades regionais e diretrizes urbanísticas locais, garantir o princípio de destinação anual do ICMS para o Programa Habitacional do Estado fundamentalmente para a operação dos Fundos, orientar os municípios para aplicação dos recursos do ECMS nas contrapartidas dos investimentos habitacionais e incrementar a articulação federativa agentes financeiros e promotores onde houve uma reunião a semana passada. O Aperfeiçoamento das formas de gestão articulada Estado/Município – Promover melhorias continuasse no sistema estadual de aprovação – GRAPROHAB, agilizar a aprovação dos projetos pelos Municípios, articular as ações habitacionais com a legislação ambiental, integrar os projetos urbanos prioritários como Rodoanel, Área Central, Águas Espraiadas, Várzea do Tietê/Mananciais, participar do Plano de Gerenciamento e Áreas de Risco, desenvolver ações articuladas com municípios, capacitar os municípios para o trabalho social e promover a modelagem de Programa Estadual de Assistência Técnica e, por fim, fomento à parceria público privada, à modelagem de PPP, tanto para áreas centrais como para Litoral sustentável/Risco e a promoção de incentivos. A Implantação de Monitoramento de Indicadores de Sustentabilidade, temos hoje um termo de cooperação do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável e a parceria com Institutos de Pesquisas/Universidade. Passo a palavra ao Secretário Silvio Torres que vai coordenar os debates. **Silvio Torres:** O item da pauta foi a apresentação do programa, alguém queria fazer alguma apreciação? **Marco Antonio:** Na estratégia de ação que está previsto o Plano Metropolitano da Região Metropolitana de Campinas para o segundo trimestre de 2012, ocorre que foi elaborado um Plano Metropolitano, inclusive nós estamos com um importante trabalho da EMPLASA. **Silvio Torres:** A EMPLASA estava contratada desde o ano passado e a expectativa é que fosse o primeiro a ficar pronto eu acho que o Trani colocou como prioridade a Baixada Santista. **Eduardo Trani:** Na verdade a discussão foi muito mais pelo fôlego da própria EMPLASA, o contrato que nós teríamos de trabalho e organização é com a EMPLASA para fazer o Plano Metropolitano das três regiões metropolitanas, inclusive do Vale do Paraíba, se acontecer nesse período, então achamos que era muito difícil e como já existe um pré-estudo de Campinas o que podemos sugerir é colocar a região de Campinas e deixar a região metropolitana para o segundo trimestre. **Rosalvo:** Eu gostaria de salientar que me parece mais uma questão política do que uma questão real esse contrato em nome da mulher, porque juridicamente não tem diferença, pois eles são casados, os dois são proprietários e isso para um juiz não tem diferença. **Silvio Torres:** Sobre isso eu queria esclarecer que na COHAB de São Paulo, em 50% das mulheres, os maridos foram embora e o encargo do pagamento acaba ficando para ela, que muitas vezes não tem condições de arcar com as despesas. Isso foi imaginado na época do Mário Covas, como uma forma de proteger a mulher então talvez devêssemos dar mais efetividade a isso e buscar formas de ajudá-las nesse sentido. **Rosalvo:** Do ponto de vista da propaganda tem sentido, mas do ponto de vista jurídico isso não tem muita diferença, já no ponto de vista político é importante colocarmos. **Reinaldo:** O programa Minha Casa Minha Vida incorporou uma medida que recentemente isenta da outorga na transação, então há situações bem definidas que essa transação possa ocorrer sem que o cônjuge compareça. **Sidney:** Hoje grande parte das mulheres são chefes de família, elas passam por isso e isso vem ocorrendo há muitos anos dentro do Movimento Popular, mas acho eficaz ter isso, acredito que hoje a maioria das mulheres são vítimas dos homens com mau pensamento. **José Roberto (Fecap5):** Essa Fiança Locatícia, essa política de acesso à moradia, o que vem a ser isso? Outra questão no Acesso aos Programas de Moradia, quando fala em grupos fechados entra ou não as Entidades? Aqui está dizendo que é risco, favela, cortiço mas não fala de Entidades. A outra questão é o trabalho pré e pós-ocupação da comercialização dos empreendimentos, onde as pessoas entram e dali a três meses elas comercializam para terceiros e usufrui do dinheiro do Estado como fica isso? **Reinaldo:** Assim como tem seguro fiança em aluguel, as seguradoras fazem isso para a classe média, seria bom introduzir nesse plano um mecanismo que possa futuramente ser implantado para HIS, que é a implantação uma espécie de seguro aos locadores quando tem um imóvel à disposição, então se tivermos um instrumento capaz de ser aplicado ao aluguel para essa população de baixa renda, sobretudo nessa faixa inicial de até 1600, que é o foco principal da nossa atuação, nós consideramos que esse mecanismo é importante para o plano. **Mônica:** O grupo alvo fechado está correto pela lei de sorteio, que é a lei de 2008, realmente o cadastro formal de indicação no caso de programas com Entidades é fechado no caso de parcerias com Entidades e nós vamos incluir. O terceiro ponto era sobre a questão de penalidades no caso de recomercialização, acho que vale incluir porque tem um projeto de lei em tramitação para revisar a liberdade de recomercialização após dois anos. Essa é uma tese muito longa, há os favoráveis, tanto que havia sido aprovada a recomercialização em dois anos e a avaliação da companhia não foi positiva e na verdade existe uma regularização formal porque em dois anos a pessoa muda, tem essa possibilidade, mas há outra tese de que isso dá realmente uma renegociação e uma passagem desse subsídio numa velocidade que não é justa com a família que esperou tanto tempo para ter aquele subsídio e por fim ela recomercializa e por mais que façamos uma política de acompanhamento, ele é apropriado muitas vezes inadequadamente. **Maria Claudia:** Isso foi um projeto de lei do executivo estendendo esse prazo de dois anos de comercialização para dez anos e esse é um prazo na verdade que os próprios Programas Federais praticam para as faixas de rendas mais baixa, Minha Casa Minha Vida. **Sidney:** O que seria isso auxílio à locação social? **Silvio Torres:** Eu vou resumir: de um lado há as experiências de alguns municípios, no caso da COHAB, que tem um patrimônio e esse patrimônio é colocado em aluguel, ela faz a gestão dos imóveis junto com os Movimentos. Essa diretriz no âmbito do Governo do Estado, da nossa operação, no caso da CDHU da Secretaria de Habitação, essa linha nunca prosperou dessa forma, nós tínhamos uma concessão onerosa, mas não um aluguel social e isso foi discutido durante muito tempo e ao longo do plano também vieram várias contribuições e achamos que o plano não pode fechar totalmente a possibilidade porque as diferenças dos municípios são grandes e, eventualmente, um município como São Paulo ou outro município entende que ele é capaz de fazer a gestão do aluguel social com uma política do município e ter o

seu patrimônio e fazer a gestão da locação. Isso não é um entendimento da política estadual, entendemos que o Governo do Estado certamente não pode ser gestor de patrimônio com aluguel social. O que está colocado aqui como auxílio à locação social, é na linha do apoio às famílias que têm o aluguel, é aquela política de habitação social que o Governo Federal também chegou a estudar e que isso não está implementado, é uma alternativa e há várias teorias que dizem que poderíamos diminuir em muito se pudéssemos apoiar também com uma parcela de subsídios à locação de imóveis por particulares, se você fizesse uma política de locação à família, apoiando essas famílias na diminuição do custo. Acharmos que como o Plano Estadual e a discussão ainda permanecem em nível Brasil, o Plano Estadual de São Paulo não deveria fechar as portas para essas duas modalidades, não quer dizer que temos programas ou linhas de financiamento já em andamento, mas estaríamos recebendo como hipótese de atuação.

Reinaldo: Eu quero lembrar que no Estado de São Paulo tem uma lei estadual aprovada que pede a implantação da questão da locação social, então a inclusão do plano responde a um mandamento legal que vamos desenvolver, enfim, qual é a modalidade de operação e isso é objeto de discussão futura e normatização. **Mônica:** Na verdade quando previmos, para efeito de plano, além de pensar numa modelagem de assistência técnica, não podemos esquecer que implantamos o apoio à locação, principalmente em projetos onde você tenha a remoção provisória das famílias e não é um número pequeno, exemplo, da Serra do Mar das 1800 famílias removidas, 300 famílias em apoio ao aluguel, quer dizer, é considerado uma forma de acesso direto ao Estado e nós estamos colocando só nas situações emergenciais, uma gestão provisória do Estado, por isso é importante a modelagem, porque ela pode ter vários tipos de locação, não precisamos ter um único tipo. **Marco Antonio:** Na questão da locação no auxílio aluguel, para evitar que haja uma valorização dos alugueis, a partir do momento em que o Poder Público começa a injetar dinheiro para pagar aluguel, as casas de maneira precária, quem alugar por valor pequeno, a mesma família acaba alugando a mesma casa por um valor maior porque ela recebe o subsídio, é um pouco do que aconteceu com o preço da terra com o advento do subsídio do Minha Casa Minha Vida, então talvez criterizar, eu posso oferecer um apoio, desde que a casa tenha condições mínimas e bem estabelecidas, questão de tamanho, dimensionamento, seria uma sugestão para refletirmos, porque daqui a pouco o sujeito está alugando um barraco por mil reais. Acabamos vendo em alguns municípios que implantaram isso, houve um crescimento do valor do aluguel. A questão da venda dos imóveis que o colega falou Minha Casa Minha Vida II estabeleceu a perda do subsídio, isso pode ser um fator inibidor da venda do repasse e a questão do uso do repasse de 1%, 0,25% para os municípios, uma sugestão que você citou ali ou não é depositar nos Fundos municipais de habitação porque não tem como os municípios aplicarem esses recursos de outra maneira, mas isso eu não sei se pode legalmente. **Silvio Torres:** A questão desse auxílio moradia, auxílio aluguel, isso foi uma descoberta para resolver situações emergenciais e acabou se tornando uma coisa quase que permanente, dado ao fato de que há uma demora muito grande de atendimento efetivo para a população que é realocada e falta fiscalização melhor, então isso é um ponto importante para levarmos para frente. A segunda questão, tem um projeto de lei que passa de dois para dez anos o tempo que é necessário para comercializar o imóvel, quem fizer isso antes, vai perder o subsídio. O terceiro ponto, que é o Fundo, eu acho que apesar de ser ilegal, na hora de nos pactuarmos a questão dos planos locais de habitação e interesse social nós devíamos dizer que vamos ajudar, desde que esse recurso seja destinado a um Fundo, acho que tem obrigação de ter um Fundo eu concordo. **Silvio:** Eu queria propor a inclusão: no item 6 Política de Regularização, tem um item que diz: Simplificação do licenciamento urbanístico e ambiental/procedimentos especiais: Estado e municípios. Acho que está um pouco fraco e nós teríamos que ser um pouco incisivos e sugerir a criação do Balcão da Habitação do Interesse Social porque não tem muito cabimento projetos de aprovação nas principais prefeituras da região metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos, entrarmos com um projeto de aprovação junto com todo mundo. **Eduardo Trani:** Se todos tiverem de acordo essa sugestão é muito interessante.

Marco Antonio: Dentro dessa linha de agilidades das aprovações, a CETESB também está criando um grupo de atendimento para HIS, para que seja também tratada com prioridade dentro da CETESB todas as ações de aprovação dos empreendimentos de interesse social. **Silvio Torres:** Não tem o menor sentido ficarmos aguardando dois, três meses isso é um prejuízo geral para o meio ambiente precisamos remover pessoas que estão em áreas de preservação ambiental ou em áreas de risco e vai haver um diálogo com os demais escalões da CETESB. **Silvio:** Complementando, eu acho que a criação desse Balcão na aprovação das prefeituras municipais, faz parte do nosso plano. **Silda:** Eu só gostaria de falar sobre a Casa Paulista de zero a três salários mínimos, de mil e seiscentos reais, esse teto não pode ser ampliado já que famílias para compor renda, o marido e a mulher ultrapassam esses mil e seiscentos reais e nesse valor para pagar aluguel e sustentar a família e deixar de participar de um projeto para conseguir a casa ou o apartamento estamos sentindo uma dificuldade grande com essas famílias porque mil e seiscentos reais não é dinheiro nenhum é muito pouco, então basta as famílias conseguirem ter acesso a esse Programa de Habitação. **Silvio Torres:** Esse teto de mil e seiscentos reais de renda familiar é o teto chamado de Faixa Um do Minha Casa Minha Vida e nós estipulamos uma meta para esse nível baseado na parceria que vamos fazer com eles porque a meta do Governo Federal Minha Casa Minha Vida para São Paulo são 180 mil moradias para a faixa um de mil e seiscentos reais. Na parceria que a Casa Paulista vai fazer com o Governo Federal, nós vamos atender praticamente metade dessa demanda complementando os valores das regiões metropolitanas que são 65 mil em até 20 mil mais é só para quem ganha mil e seiscentos reais. Das 180 mil, estamos assinando um termo de cooperação onde vamos ficar com 90 mil, mas daí é só nessa faixa e existem outras alternativas para quem ganha acima dessa renda, então nessa não dá para atender senão eles não fazem a parceria. **Antonio José (SAM):** Eu queria fazer uma complementação. Essa questão está muito mais baseada nos dados do déficit habitacional, ou seja, se é verdade que dos 100% do déficit habitacional, cerca de 90% não ganha mais do que mil e seiscentos reais, é importante que se invista de fato nessa demanda para combater o déficit habitacional, de certa forma ainda não está bom a forma como o Governo Federal distribuiu porque só foi 60% não foi 90% dos recursos destinados à construção e moradia e o correto não é 60% e sim 92, 94% que daí sim, estaria combatendo, de fato, o déficit habitacional. **Ricardo Leite:** Sobre esse assunto, o déficit habitacional da realidade não é 92% ele era

antigamente até 5 salários, depois o Governo Federal colocou o problema como até 3 salários e passou a subsidiar a faixa 2 que vai de três a seis salários então de três a seis a pessoa conseguem pagar alguma coisa, enfim. Subsídio integral na faixa Um até três e o subsídio mais ou menos, dependendo do valor do imóvel, de três a seis e agora o Governo do Estado também está se propondo a entrar nessa faixa através dos programas e subsidiar em torno de 16 mil, que também vai resolver o problema dos três a seis que seria a Faixa 2. Eu queria saber se esses levantamentos que estão aqui são baseados no Senso de 2010 ou não? **Eduardo Trani:** Estão baseados na projeção de 2006 para 2011, são projeções a partir dos números que a Fundação SEADE trabalha. **Ricardo Leite:** No município de São Paulo existem alguns dados que são conflitantes. **Ricardo Leite:** Eu acho que esse Conselho tem que se preocupar no âmbito do Estado, o ano que vem, a partir dos novos dados, vamos arredondar esses números. Eu gostaria de entender essas 150 mil unidades projetadas eu entendo que isso é para a Agência e não para o CDHU? **Silvio Torres:** Esses 150 mil é a meta do PPA 2012 e 2015 que inclui CDHU, Agência inclui todas as modalidades de atendimento, mas há exceção das PPPs que é uma meta à parte, é uma meta até aberta 10 mil nós vamos adquirir unidades no centro de São Paulo para atendimento de quem trabalha no centro e mora fora, para atendimento das áreas encortçadas e outras 40 mil para atendimento de reurbanização de reassentamentos dos nossos Programas no litoral paulista, então é uma meta separada. Nós temos novas PPPs a serem modeladas e propostas que podem aumentar esse número, mas a meta que nós trabalhamos quando apresentamos o PPA foi de 150 mil unidades e dentro delas 60 mil CDHU em torno de contratar 15 mil por ano, agora tem a possibilidade de essa meta ser superada porque tem espaço para isso, tem potencial e vai depender muito dos recursos que obtivermos e também do desempenho que conseguirmos. **Ricardo Leite:** O convênio com o Governo Federal de 60 mil está no meio dos 150 mil, então eu estou achando a meta pouca. **Silvio Torres:** Nós podemos dizer que dentro desses 60 mil, a CDHU pode atender esse tipo de convênio, então a Casa Paulista tem a CDHU e todos os outros parceiros disponíveis, ela não atua sem a CDHU, ela faz parte do conjunto e tem a meta própria. Hoje o atendimento da CDHU além dos projetos de reurbanização e reassentamentos que estão em curso e regularização e alguns outros que já foram encaminhados, estão cerca de 37 mil unidades em construção e para isso esse ano nós autorizamos cerca de 26 mil novas unidades e essas 26 mil foram todas da CDHU, até o momento numa modelagem de administração direta porque nós repassamos os recursos para que a prefeitura faça desde o projeto até a pavimentação ao modo de centralização total dos recursos. Essa parceria do Governo Federal tende a ser ampliada na medida em que as Entidades que estavam até há pouco tempo atrás encaminhadas para o atendimento direto da CDHU e da Secretaria, agora também passam a adentrar no campo Minha Casa Minha Vida através dessa parceria e está sendo uma meta de atendimento de 10 mil unidades já constando em PPA e também o Governo Federal está pedindo que façamos uma parceria para 4 mil moradias rurais, que é uma modalidade que a Minha Casa Minha Vida tem, que tem uma certa dificuldade em atender, mas já nos dispusemos a fazer essa parceria também. **Ricardo Leite:** São números que seriam bom monitorar sempre. **Silvio Torres:** Vamos dizer 50 mil para cima, mas você tem razão, não temos números exatos mas temos chances de ampliar essas metas. **Ricardo Leite:** Por último, eu quero dizer que o SINDUSCON tem tentado muito trabalhar com a GV o problema da desoneração do ICMS e estávamos querendo mesmo que essa desoneração fosse voltada para produção de Habitação de Interesse Social. Gostaria de dizer também que andei conversando com o Dr. Shiguemi, talvez ele pudesse nos ajudar com os consultores porque hoje com o programa do CONFAZ ficou complicado tirar o problema do imposto porque tem esse problema da briga dos Estados. Nesse momento temos que nos preocupar com a dívida social que temos com os mais carentes, então isso passa a ser um passo um pouco mais ousado porque o Governo Federal, por exemplo, deu desoneração do IPI, então não é uma coisa que todo mundo faz, todo mundo se beneficia e até a construção de uma indústria se beneficia dessa desoneração e estamos querendo que isso seja totalmente destinado à população mais carente e envolve também a história da hora que vai fazer essa conta. Você tem ICMS de indústrias daqui e de produtos de fora também, então é um assunto um pouco complexo mas eu queria lembrar que estamos trabalhando nisso e pedir ajuda, porque está difícil fechar essa equação, estamos com uma assessoria para tentar fazer isso e esse era o projeto, com algumas contas há seis meses atrás e que estamos encontrando dificuldades para propor uma coisa para constituir um Fundo onde esse dinheiro, dessa desoneração, fosse realmente destinado para essa população mais carente. **Eduardo Trani:** Só para registrar que o Governo Federal baixou uma medida provisória, incluiu o aumento do impacto do RET – Regime Especial Tributário para Habitação de Interesse Social sobre o IPI, que teria reduzido até 1% para habitação de até 75 mil, o governo na nossa parceria, libera 65 mil da Caixa e iríamos entrar com até 20 mil, então se criou um impasse porque se continuasse até 75 mil, iríamos estar dando subsídio para pagar imposto e aí nos juntamos às Entidades, que já estavam fazendo um trabalho junto ao Governo Federal e finalmente foi atendido a semana passada, então o limite agora é de 85 mil, o que eu acho que foi uma boa conquista. Especificamente sobre a redução do ICMS, desde quando eu comecei aqui na Secretaria, venho acalentando essa idéia de desoneração do setor, especialmente para atendimento dessa área e conversando com o SECOVI, a nosso pedido contratou um estudo da GV para fazer avaliação do impacto dos investimentos na área de habitação, qual seria esse impacto na área da economia, na receita tributária, na cadeia como é que volta esse dinheiro para os governos, para o governo estadual especificamente e acho que isso vai nos ajudar muito porque depois que nós tivermos esses números bem detalhados podemos começar a estudar melhor até que ponto o Governo do Estado pode continuar nos ajudando. **Sonia (Associação Nova Jerusalém):** O problema que eu vejo são os idosos, porque são pessoas que trabalharam tanto para o crescimento do nosso país e agora não podem ter um lugar para repousar e ter uma vida digna. Outro item é a pós-ocupação das pessoas que vão morar, porque são pessoas que não respeitam quem mora em cima quem mora embaixo, quem mora do lado, elas vieram para tirar a paz das pessoas que querem morar tranquilamente naquele local, então eu acho que o social devia conversar melhor com essas famílias, de como viver em comum acordo com outras pessoas para não surgir tanta desavença. Eu gostaria de saber se o CDHU tem uma política séria para isso. **Silvio Torres:** A questão dos idosos, a lei já prevê uma cota que tem sido seguida vigorosamente dentro dos nossos empreendimentos e em até muitos casos, nem

temos um número de idosos suficientes para atingir a cota, é a política que nós conseguimos implantar. Existem projetos como o chamado Vila Dignidade que tem bastante aceitação, mas que teve um alcance muito limitado diante da enorme necessidade que temos para atendimento de idosos, talvez o Conselho pudesse arrumar uma alternativa diferente e a questão do pós ocupação é uma grande preocupação porque especificamente nós, CDHU que administramos carteira, temos uma enorme dificuldade de recebimento, de preservação do local, de manutenção, temos investimentos bem significativos para pós ocupação, como fazer uma gestão de condomínio compartilhada de até dois anos. O Minha Casa Minha Vida também implantou há 6 meses e foi uma medida que tem a mesma preocupação e outra coisa que vamos iniciar agora em janeiro, vamos desenvolver projetos para qualificação de síndicos e gestão de condomínio, já acertamos com a Universidade SECOVI, vamos começar em fevereiro ou março porque isso redundaria em benefício para todos. Eu queria adiantar uma idéia que eu tenho nesses cursos de qualificação eu queria começar pelas Entidades eu acho que elas poderiam nos ajudar muito porque já tem gente vocacionada para isso e vocês que são Entidades, poderiam ser nossos parceiros para esse início de trabalho. **Rosalvo:** Eu só queria pontuar algumas coisas. Nós ficamos dois anos no começo do Governo José Serra, escutando a elaboração de um Programa Paulista de Habitação e Interesse Social que resultou na lei que criou os Fundos, que cria o Conselho, enfim, e nesse tempo a CDHU não parou, continuou fazendo licitações das Associações para fazer os programas e tal e essas coisas estão ali paradas, temos licitações de três anos paradas, acho que o Conselho precisa ser informado qual é a situação disso porque tem muitas coisas que estão paradas. Eu fiquei muito feliz em saber da informação do secretário sobre as 10 mil unidades do centro, acho que precisamos estabelecer critérios muito claros, principalmente quando se faz a parceria Caixa Econômica e CDHU. Hoje o Governo Federal é um governo aberto para discussão com os Movimentos Populares, Associações e com as Cooperativas, o Governo do Estado e do município também porque temos o Conselho Nacional de Habitação, temos o Conselho Municipal de Habitação e temos o Conselho Estadual de Habitação, onde há participação da sociedade e os critérios estabelecidos não podem ser o critério de ocupação porque o sujeito invadiu o prédio e tem prioridade de atendimento e daí essas 10 mil unidades acabam indo por esse caminho, então eu acho que isso precisa ficar muito claro, porque senão vamos entrar num processo vicioso e não caminha. Quando eu vejo 7 bilhões de reais para o Estado no Programa de Habitação eu fico muito preocupado para apenas entrarmos como parceiro no projeto Minha Casa Minha Vida, porque o Governo do Estado precisa elaborar também um projeto próprio, onde ele, com o próprio recurso, trabalhe. Uma outra coisa que ouvimos falar e que entusiasmou o Movimento Popular, que é a Carta de Crédito que inclusive viabilizaria a vinda para o centro, atenderia algumas famílias, temos problemas com as faixas porque o mercado de modo em geral atende de 5 para cima e Minha Casa Minha Vida de 5 para baixo ficava a faixa do meio, agora tem esse projeto que precisa trabalhar com muita atenção, muita clareza, para atender a faixa do meio e a Carta de Crédito poderia ajudar bastante nisso e ela, na reunião do Conselho Gestor do Fundo Paulista, tenho opinião que não podemos colocar na Carta de Crédito só 20 mil reais, ela seria um instrumento de intervenção do Estado para ajudar nos Programas e nós dos Movimentos Populares, entende que será muito importante que o Governo do Estado invista em recursos, estabeleça regras e acompanhe esse processo. Estamos dispostos a participar desse estabelecimento de regras. Outra coisa, gostaria de participar e ser informado sobre essa discussão do subsídio porque interessa muito para nós do Movimento, da desoneração via ICMS até porque o volume do ICMS é muito maior e em índice menor isso acaba atingindo um volume muito grande e é preciso que isso fique de fato para a população de baixa renda. **Silvio Torres:** A questão das 10 mil moradias no centro é um projeto de PPP que não tem filtro de nenhuma instituição financeira, é um projeto que vem da iniciativa privada e vai atender a nossa demanda. **Rosalvo:** O problema é que quando falamos da nossa demanda, o que nós temos visto na prática é que a CDHU fez uma licitação para atendimento no centro e ganhamos a licitação, só que vemos grupos que não ganharam a licitação sendo atendidos primeiro, então é importante clarear isso porque é uma situação de conflito que se estabelece. **Silvio Torres:** Eu acho que qualquer membro do Conselho que tiver qualquer evidência concreta e objetiva de que está havendo alguma divergência, tem por obrigação nos alertar e fazer até por escrito para tentarmos corrigir. A segunda questão é o projeto próprio, já temos um projeto próprio para a CDHU, que é um Projeto do Governo e existe há 20 anos, tem um atendimento que pode ter tanta flexibilidade como tem o Casa Paulista, aliás, a nossa proposta é ser a mais flexível possível, queremos viabilizar atendimento dentro das metas que propusemos e nas mudanças delas eventualmente, queremos entrar para viabilizar atendimento. Temos que fazer esse dinheiro de 7 bilhões que o governo coloca se transformar numa alavancagem de 22 bilhões, que é a nossa proposta de investimento em Habitação de Interesse Social no Estado de São Paulo. Por último, a questão da Carta de Crédito, teremos várias modalidades, não fechamos nenhuma porta e dentro dessa flexibilidade para cada atendimento, vamos ter um olhar especial. **José Valdeci (FIMAPROM):** A minha preocupação é o item 7 da Política de Contenção de Ocupações, eu vejo as áreas remanescentes das Companhias sendo invadidas, como o Campo Limpo, que devido ao problema de uma adutora da SABESP, foi inviabilizado o projeto e hoje essa área está ocupada, a Companhia inerte ninguém faz nada quanto às ocupações, inclusive eu mandei carta e ofício; os vizinhos e moradores ligam e ninguém está fazendo absolutamente nada, cada dia tem uma casa, cada dia tem um barraco novo, quer dizer, é uma área para fazer um projeto legal, não funcionou e daqui alguns dias estão criando jurisprudência para legalizar a favela, daqui a pouco a SABESP liga a água, a Eletropaulo liga a luz e vai se formar mais uma favela. A outra preocupação é com referência aos editais, nós vamos para 5 meses em análise e ninguém tem previsão nenhuma. Outra questão é a da morosidade da análise das áreas do 0309, já tem praticamente um ano que apresentamos a área e até agora nada, então é essa a minha preocupação do item 7 da Política de Contenção de Ocupações, porque a Companhia deixou para fazer creche, colégio, está tudo invadido ninguém está fazendo nada, tanto o Ministério Público como o CDHU. **Silvio Torres:** Agradecendo a sua contribuição é importante que todos que vejam alguma coisa dessa natureza, nos avisem, inclusive o Dr. Shiguemi já solicitou à sua área que fizesse um relatório sobre cada uma das áreas contabilizadas da CDHU, uma a uma, fazer um relatório completo com fotografia para ver a situação de cada e com isso foi descoberto que atemos áreas no

meio de conjunto que são remanescentes e que no passado não foram aproveitadas e que podem servir ainda para erguermos novas unidades e quando for regularizar tudo, regulariza essa também. Agora isso é uma preocupação muito importante que a CDHU está tomando, vou pedir para o senhor Presidente que acompanhe bem de perto isso para que possamos, o mais rapidamente, termos esse relatório e a verificação também das áreas invadidas e que estão desvanecidas de alguma maneira e esse tipo de coisa nos chateia muito, você não poder construir porque a SABESP alega tal coisa o outro não sei o quê, então de repente um problema demora 10 anos para você resolver, quando resolve. **José Valdeci:** Quem são os invasores? São pessoas contempladas pela Companhia, então é uma bagunça. **Marco Antonio:** Uma sugestão: o Programa Minha Casa Minha Vida, que soma recursos federais, estaduais, municipais e até mesmo a sociedade civil organizada que acaba através das Entidades aportando recursos, mas lembrando que existem recursos antes de Minha Casa Minha Vida que são recursos do FNHIS e do OGU, do valor que era ainda menor, então só para constar da regra do decreto que estabelecer essa parceria que não se esqueça dos recursos do FNHIS e do OGU. **Silvio Torres:** Na verdade nós já estamos fazendo isso em alguns casos porque o recurso era muito pouco e estamos complementando com as prefeituras que acabaram entrando nesse processo, assim como as Entidades também podem nos procurar, que estamos dispostos a fazer. **José Valdeci:** E sobre os editais? **Silvio Torres:** A informação que eu tenho é que em agosto ou setembro era para ter a definição das Entidades para poder publicar, mas muitas Entidades não conseguiram atender às exigências do Edital e estamos avaliando como proceder nessa questão. Eu estava propondo uma solução, que era uma nova chance com direito a recurso, mas daí há um parecer que isso seria ilegal então nós estamos procurando uma forma de atendimento a todos que tenham os requisitos mínimos. As Entidades organizadas desde que não tenham pendências no Tribunal de Contas, serão atendidas. **Sidney:** Eu acho que a questão das 10 mil moradias nas áreas centrais, talvez tenha que ter um critério e como o Rosalvo colocou, uma coisa super importante onde o Edital 003, que era das áreas centrais, escapou então poderíamos rever aqueles editais, senão vai voltar tudo para trás de novo até para o entendimento ser válido, porque senão ficamos entrando em vários Editais e depois não funciona. **Silvio Torres:** Vamos passar para o último item e o Trani vai conduzir. **Eduardo Trani:** Eu peço ao secretário que consideremos o Plano Estadual de Habitação no estágio que está, aprovado e avaliado no âmbito desse Conselho e nos comprometemos, no mês de janeiro, fazermos os documentos com todos os detalhamentos e encaminhar para os senhores o documento do plano. **Silvio Torres:** **Como tudo está sendo anotado, sugiro que transformássemos isso em uma Ata, considerando aprovado tudo o que foi dito e as inclusões que foram aqui sugeridas e em janeiro aprovaríamos então como finalização o documento que vamos apresentar.** Todo mundo de acordo? **APROVADO.** **Eduardo Trani:** Passamos imediatamente ao quarto item da pauta que é a Apreciação dos Critérios de Seleção de Demanda com a participação do Estado de São Paulo para o programa Minha Casa Minha Vida, eu peço que a gerente de pesquisa da Superintendência de Planos Habitacionais, Mariana Rude, nos faça uma rapidíssima apresentação e abrimos para algumas perguntas se houver dúvida e se não houver dúvida e tiver todo mundo de acordo, aprovaríamos e será a primeira deliberação técnica do Conselho Estadual de Habitação. **Mariana:** Primeiro vamos colocar para apreciação dos senhores, duas proposições: uma que o Trani já colocou que é a aprovação dos critérios estaduais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida para seleção de demanda de acordo com a portaria 140 e outra questão que tem se colocado, que é fortalecer os municípios na gestão plena da política habitacional, também regras estaduais para que possamos validar e aceitar os cadastros municipais no lugar da inscrição organizada pela CDHU. O que temos de fundamentos legais é o que está disposto na lei 13.094, que é a nossa lei do sorteio, que está desde 95 e que na redação de 2008 coloca a possibilidade de que tenham citações de dispensa de classificações por meio de sorteio, sem prejuízo do que está na lei da política de habitação do Interesse Social. Também temos a lei 12.801 que coloca um outro condicionante para pensarmos nessas regras, que é a questão da focalização da demanda, ou seja, a aplicação dos recursos para as famílias com renda mensal de até 5 salários mínimos e de cinco a dez no limite de 20% do orçamento da Secretaria. Também toda a normativa da Portaria nº 140 do Ministério das Cidades, que é o que regulamenta o processo de ilegitimidade e fichação das famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida. Algumas disposições gerais para esses dois processos seria que o processo de inscrição e os procedimentos deverão atender os princípios de igualdade e de interesse público, ou seja, todas as regras que viermos a criar no processo, deverão atender esses dois grandes princípios. A Secretaria de Habitação fará a avaliação de todas as etapas do processo para que possamos validar esses cadastros municipais e vai detalhar todos os procedimentos numa Resolução para que isso sirva daqui para frente, como uma orientação a todos os cadastros municipais que vierem a ser feitos na parceria com o Estado para o Programa Minha Casa Minha Vida. Falando da Portaria nº 140 do Ministério das Cidades, ela define que a União entra com dois critérios nacionais que é a família morar numa situação de risco e a mulher ser o chefe da família, esses são os dois critérios nacionais. A Portaria também decide que os Estados e os municípios estabeleçam três critérios: os critérios locais quando o Estado entra, o local que se refere ao Estado, deverão ser formados dois grupos de acordo com os critérios atribuídos ao candidato, serão selecionados uma quantidade de candidatos equivalentes ao número de unidades, mais 20% dos suplentes e a ordem de classificação dentro daqueles dois grupos vai ser feita por meio de sorteio. Outra coisa que essa Portaria exige é o Cadastro Único, que é o Cadastro da Assistência Social do Ministério de Assistência Social e combate à fome, que é o que os municípios aplicam para acompanhar as famílias que participam de todos os Programas Sociais, ele deverá ser apresentado à Caixa para visitação comercial. Como eu já havia dito, serão organizados dois grupos 75% dos candidatos no grupo 1 que deverão atender de quatro ou cinco dos critérios entre os nacionais e os locais, ou seja, além de mulher chefe de família e risco, que são os critérios federais, vamos apresentar para vocês uma proposta para os critérios estaduais e aqueles candidatos que atenderem a quatro ou cinco desses critérios acompanham o grupo 1 no grupo 2, 25% dos candidatos com até três critérios. Os critérios estaduais que estamos propondo, o primeiro critério seria que a família apresentasse uma situação de carência habitacional que poderíamos medir pelo domicílio, sendo barraco, estando localizado na favela, sendo cômodo e cortiços com espaço interno suficiente, ou seja, município que tenha até três cômodos e

situação de congestionamento, que são mais de duas pessoas por unidade, critérios mais ou menos já estabelecidos nas pesquisas da Organização Mundial da Família, quer dizer, se a família apresentar uma dessas situações, ela já se enquadra no primeiro critério que seria o critério de necessidade habitacional. Um outro critério que propomos é um critério de avaliação da situação social econômica da família e a partir daí, a família pode se encaixar em pelo menos um dos dois parâmetros, o primeiro é a razão de dependência familiar, que é a proporção de crianças e idosos em relação à população adulta, esse é um critério interessante porque com isso, poderíamos atender famílias mais numerosas e com maior proporção desses dois segmentos e também famílias com renda per capita de até 70 reais, que é o pagamento definido para o Programa Federal Brasil Sem Miséria. E o terceiro e grande critério, que é um critério já consagrado, é o tempo de moradia e trabalho, ou seja, morar ou trabalhar no município do empreendimento nos últimos três anos a contar da data de inscrição. Complementando os critérios nacionais, que já estão definidos na Portaria 140, propomos os três estaduais, um critério relacionado à carência habitacional da família, outro critério, a condição sócio econômica e o terceiro critério: tempo de moradia ou trabalho. **Silvio Torres:** Para ser sincero, estou vendo isso agora, é uma coisa que merece bastante atenção da nossa parte porque é um assunto que vai definir um investimento muito grande e tem que ser bastante criterioso mesmo, mas acho que sem prejuízo, nós poderíamos deixar isso para outra reunião para tratar disso com mais tempo, acho que cada um pode tomar conhecimento, pensar, discutir, encaminhar sugestão porque nenhuma Câmara Técnica discutiu esse assunto e eu acho isso muito importante. Gostaria de pedir um tempo para conhecer melhor. **Eduardo Trani:** A sugestão do secretário é pertinente, trouxemos à Câmara porque desde a semana passada havia uma demanda de urgência e sabíamos que a matéria deveria ser examinada e ela foi preparada pelas equipes técnicas responsáveis, mas eu acho que a ponderação que o secretário faz é pertinente, dizendo que temos alguma urgência em função da comercialização, então se o secretário concordar, nós poderemos examinar e receber sugestões e daí voltaríamos com uma próxima Reunião Extraordinária do Conselho para examinarmos e aprovarmos a Resolução. **Silvio Torres:** Então eu acho que está prejudicado esse tema da pauta, poderíamos passar para o fechamento e **o nosso fechamento fica definido como uma Reunião Extraordinária, a ser realizada no mês de janeiro, o mais rápido possível** e talvez possamos antecipar essa reunião prevista para aprovar o Plano Estadual de Habitação, com as sugestões aqui feitas e fazer mais dois itens de pauta, **talvez na primeira quinzena de janeiro.** Todo mundo de acordo? Todos de acordo. Feliz ano novo para todo mundo e um Feliz Natal. (É encerrada a reunião)